



Lucro do BB em 2025 é 45,4% menor do que no ano anterior

Marcelo Camargo/Agência Brasil



O Banco do Brasil teve lucro líquido ajustado de R\$ 20,685 bilhões em 2025, queda de 45,4% em relação à 2024. As novas regras contábeis e aumento da inadimplência pressionaram o resultado.

► PÁGINA 2

Direito

O Rio de Janeiro e o Mercado Público de R\$ 13 Bilhões

Oportunidade ou Burocracia?

► PÁGINA 5

Tecnologia

HaaS: tecnologia sem compra de ativos

Como empresas reduzem custos e ganham flexibilidade na TI

► PÁGINA 6

BC decreta liquidação do Banco Pleno

► PÁGINA 6

Produção de grãos pode chegar a 353,4 milhões de toneladas

► PÁGINA 7

Operação Porto+Seguro gerou mais de R\$ 250 mil em autos de infração

Divulgação/SUBPAN/GOV RJ



► PÁGINA 5

Pets poderão ser autorizados a viajar em transporte público

Divulgação/Alerj



► PÁGINA 8

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Associações de juízes defendem no STF manutenção de penduricalhos

► PÁGINA 5

Maricá aumenta valores pagos a policiais do PROEIS

► PÁGINA 8

Elerj vai comemorar com palestras os 94 anos do voto feminino no Brasil

► PÁGINA 4



Banco do Brasil tem lucro 45,4% menor em comparação à 2024

Resultado de 2025 foi de R\$ 20,68 bilhões

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Em nota, o BB destacou que a geração de receitas está aumentando, apesar das pressões provocadas pela inadimplência. Segundo o banco, as receitas financeiras com crédito a pessoas físicas e com o Programa Crédito do Trabalhador, que unifica a contratação de crédito consignado de trabalhadores de empresas privadas, têm ajudado o banco.

O Banco do Brasil teve lucro líquido ajustado de R\$ 20,685 bilhões em 2025, queda de 45,4% em relação ao ano anterior, segundo balanço divulgado na quarta-feira (11) pela instituição. As novas regras contábeis e aumento da inadimplência pressionaram o resultado.

De outubro a dezembro, o BB lucrou R\$ 5,742 bilhões, recuo de 47,2% em relação ao último trimestre de 2024. Em relação ao terceiro trimestre, no entanto, o lucro subiu 51,7%.

Em nota, o BB destacou que a geração de receitas está aumentando, apesar das pressões provocadas pela inadimplência. Segundo o banco, as receitas financeiras com crédito a pessoas físicas e com o Programa Crédito do Trabalhador, que unifica a contratação de crédito consignado de trabalhadores de empresas privadas, têm ajudado o banco.

"Foram desembolsados R\$ 13 bilhões no crédito do trabalhador, uma demonstração que reafirma nossa expectativa declarada de que iríamos crescer em linhas com melhor retorno ajustado ao risco", ressaltou a presidente do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros.

Em janeiro do ano passado, entrou em vigor uma resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) que alterou a contabilidade das instituições financeiras e interferiu no resultado. Aprovadas em 2021, as novas regras só entraram em vigor em 2025.

A resolução muda o modelo de provisões (reservas financeiras para cobrir possíveis calotes) para perda esperada, feita com base em estimativas. Isso afetou a maneira como algumas despesas e receitas são reconhecidas, fazendo com que o banco deixasse de reconhecer R\$ 1 bilhão em receitas de crédito.

INADIMPLÊNCIA

O índice de inadimplência, que considera atrasos de mais de 90 dias, subiu de 3,16% em dezembro de 2024 para 5,17% no fim de 2025. O resultado é influenciado principalmente pelo agronegócio, segmento

onde o banco lidera na concessão de crédito, e na linha de cartões de crédito.

A inadimplência da carteira de crédito do agronegócio encerrou o ano passado em 6,09%, aumento de 1,25 ponto percentual no último trimestre de 2025.

A inadimplência da carteira de pessoas físicas encerrou o período em 6,56%, elevação de 0,55 ponto percentual.

CRESCIMENTO DO CRÉDITO

Mesmo com o aumento dos juros, o BB emprestou mais em 2025, puxado principalmente pelo crédito às pessoas físicas. A carteira de crédito ampliada encerrou o ano passado em R\$ 1,296 trilhão, alta de 1,4% no último trimestre e de 2,5% no ano.

NA DISTRIBUIÇÃO POR SEGMENTOS DE CRÉDITO

Pessoa Física: R\$ 356,96 bilhões no fim de dezembro, alta de 1,8% no trimestre e de 7,6% em um ano, com destaque para a nova modalidade de crédito consignado para CLT, destinado a trabalhadores da iniciativa privada, com R\$ 14,3 bilhões em prestados.

Pessoa Jurídica: R\$ 455,15 bilhões, alta de 0,5% no trimestre e de 0,6% em um ano. A carteira para grandes empresas totalizou R\$ 260,4 bilhões, com alta de 4,3% em 12 meses, enquanto a carteira para micro, pequenas e médias empresas somou R\$ 115,2 bilhões, recuo de 7,9% no ano passado.

Agronegócios: R\$ 406,13 bilhões, alta de 1,8% no trimestre e de 2,1% em um ano. Nos seis meses do Plano Safra 2025/2026, o Banco do Brasil R\$ 103,9 bilhões em crédito ao agronegócio, além de R\$ 12,3 bilhões em linhas para a cadeia de valor do agro.

Carteira de Crédito Sustentável: R\$ 415,1 bilhões, financiando atividades que geram impactos sociais e ambientais positivos, com alta de 7,3% em 12 meses. Essa carteira corresponde a 32% do crédito total do banco.

RECEITAS E DESPESAS

As receitas de prestação de serviços somaram R\$ 34,813 bilhões em 2025. O valor representa queda de 1,9% em relação ao ano passado.

Segundo o BB, a queda foi amenizada pelo crescimento nas receitas com linhas de administração de fundos (+13,5%), taxas de administração de consórcios (+19,3%) e rendas do mercado de capitais (+7,9%).

As despesas administrativas totalizaram R\$ 34,813 bilhões em 2025, alta de 5,1% em relação a 2024. O BB justificou a elevação com base no reajuste salarial e nos investimentos em tecnologia e cybersegurança.

2026

O BB divulgou as projeções para 2026. Após a redução do lucro em 2025, o banco prevê a recuperação dos ganhos neste ano.

OS NÚMEROS

Lucro líquido ajustado: R\$ 22 bilhões a R\$ 26 bilhões;

Crescimento da carteira de crédito: de 0,5% a 4,5%; com alta de 6% a 10% para pessoas físicas; queda de 2% a alta de 2% para o agronegócio; e queda de 3% a alta de 1% para empresas;

Receitas de prestação de serviços: crescimento de 2% a 6%;

Despesas administrativas: crescimento de 5% a 9%;

Custo do crédito (perdas esperadas com inadimplência e outros riscos): R\$ 53 bilhões a R\$ 58 bilhões.

"Conseguimos nos adaptar ao cenário com transparência e muita dedicação de nossos funcionários para que tenhamos um 2026 com retomada de patamares de rentabilidade do tamanho do BB. Nosso guidance mostra isso e nossos resultados indicam que estamos dando os sinais da inflexão, com lucro de R\$ 5,7 bilhões, um crescimento de 51,7% na comparação com o trimestre anterior", afirmou Tarciana Medeiros. (Agência Brasil)

Produção industrial do Estado do Rio cresce 5,1% em 2025

Desempenho da indústria fluminense acumulou alta de 10,6% em dezembro, na comparação com o mesmo mês de 2024

A produção industrial do Estado do Rio de Janeiro registrou crescimento de 5,1% em 2025 e de 10,5% em dezembro, na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Na passagem de novembro para dezembro, a alta chegou a 2,3%. O desempenho fluminense superou com folga a média nacional em todas as três bases de comparação analisadas – tanto no resultado acumulado do ano, que no Brasil foi de 0,6%, quanto no comparativo interanual de dezembro (0,4%) e na variação mensal (retração de 1,2%). Os dados fazem parte da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) Regional, divulgada nesta terça-feira (10/02) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O governador Cláudio Castro destaca que o resultado da indústria fluminense reforça o papel estratégico do setor para o desenvolvimento econômico e social do estado, além de refletir o trabalho contínuo do governo em promover um ambiente mais favorável aos negócios, com estímulo a investimentos, modernização e aumento da competitividade.

– Quando a indústria avança, ampliamos empregos, renda e oportunidades para a população. Continuar ampliando as condições para que o setor prossiga em sua trajetória de expansão, crescendo e investindo no estado, é uma das prioridades de nossa gestão. Queremos garantir que o crescimento econômico se traduza em desenvolvimento social em todas as regiões do Rio de Janeiro – afirma Castro.

Divulgação/GOV/RJ



O secretário de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, Vinicius Farah, observa que, mesmo diante de um cenário global e nacional de incertezas, a indústria fluminense apresentou um sólido desempenho no ano, com resultados bem acima da média nacional.

– Registramos, no ano passado, algumas das maiores altas do país e fomos uma das principais influências positivas no resultado nacional. Esses índices foram impulsionados, sobretudo, pelo setor extrativo, com o aumento na extração de petróleo e gás natural. O desempenho positivo é, ainda, fruto das políticas e incentivos industriais do governo Cláudio Castro – explica Farah.

CAPITAL

MERCADO & NEGÓCIOS

O Valor da Informação

Capital Empresa Jornalística Ltda
 Av. das Américas 4200, Bloco 1, Sala 305,
 CEP 22.640-907 - Barra da Tijuca, Rio de Janeiro-RJ,
 Tel: (21) 98400-0441 - CNPJ 11.244.751/0001-70

Endereços eletrônicos:
 comercial@jornalcapital.com.br
 comercial.capitalmercado@gmail.com
 redacao.capitalmercado@gmail.com

WhatsApp: (21) 98400-0441 / (21) 2671-6611

Associado à AdjorirJ
 Associação dos Diretores
 de Jornais do Interior

ADJORIRJ
 Associação dos Diretores de Jornais do Interior

Departamento Comercial: (21) 98400-0441
 Diretor Presidente: Marcelo Cunha
 Diretor de Redação: Josué Cardoso
 Jornalista Responsável: Marcelo Cunha RG/ME 0042655/RJ

Colaboradores:
 Roberto Daiub - Carlos Valente
 Gilmar Rodrigues do Nascimento

Os conteúdos de matérias de opinião, artigos e colunas são de responsabilidade de seus autores.

Alerj analisa projeto que cria Estatuto da Pessoa com Síndrome de Down

A proposta do deputado Marcelo Dino (União) tem como objetivo assegurar e consolidar direitos, promovendo inclusão social, acesso a serviços públicos e combate à discriminação



Marcelo Cunha/Jornal Capital

“Nosso objetivo é assegurar dignidade, inclusão e respeito às pessoas com Síndrome de Down, reunindo direitos em um estatuto próprio e fortalecendo políticas públicas específicas”

O deputado estadual Marcelo Dino (União) protocolou na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) o Projeto de Lei nº 7023/2026, que institui o Estatuto da Pessoa com Síndrome de Down no âmbito estadual. A proposta tem como objetivo assegurar e consolidar direitos, promovendo inclusão social, acesso a serviços públicos e combate à discriminação. O texto reconhece a pessoa com Síndrome de Down como pessoa com deficiência para todos os efeitos legais e estabelece que o laudo médico pericial tenha validade in-

determinada, podendo ser emitido por profissionais da rede pública ou privada. O projeto também garante direitos como acesso à educação sem cobrança de valores adicionais, inserção no mercado de trabalho, moradia digna, acessibilidade, atendimento prioritário e participação na vida pública. Entre os pontos destacados está a previsão de atendimento prioritário com especialistas em osteopatia e genética na rede pública estadual, além da concessão de selo de estacionamento especial. A proposta ainda autoriza o Poder Público a

promover campanhas educativas, capacitação de profissionais e parcerias com entidades da sociedade civil. Segundo Marcelo Dino, a iniciativa busca consolidar garantias já previstas em lei e ampliar a proteção. “Nosso objetivo é assegurar dignidade, inclusão e respeito às pessoas com Síndrome de Down, reunindo direitos em um estatuto próprio e fortalecendo políticas públicas específicas”, afirmou o parlamentar. O projeto aguarda tramitação nas comissões da Casa.

Terceira idade de Duque de Caxias está conectada

Em entrevista, o secretário de Assistência Social falou da importância da inclusão Digital na vida dos idosos

A prefeitura de Duque de Caxias, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos lançou o Projeto Inclusão Digital Sênior em outubro de 2025, tendo como piloto o Centro de Convivência da Pessoa Idosa Waldir de Souza. A iniciativa é voltada a promover a autonomia e a participação social das pessoas idosas. Por meio de aulas práticas e acessíveis, especialmente adaptadas para o uso de smartphones. O projeto busca reduzir a exclusão digital e fortalecer a cidadania dessa importante parcela da população. Além disso, a iniciativa promove autonomia, inclusão social e qualidade de vida ampliando suas possibilidades de comunicação, acesso a serviços e integração com a sociedade. O secretário de Assistência Social de Duque de Caxias, Marcus Vinícius de Moraes, o Boquinha, recebeu o Capital em seu gabinete na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos de Duque de Caxias-SMASDHDC e falou um pouco sobre essa importante ação. - As pessoas idosas precisam aprender a lidar com a tecnologia. É necessário diminuir a dependência de terceiros para auxiliar na utilização de aparelhos como celulares e computadores. A tecnologia é uma realidade no dia a dia de todos, e os jovens da terceira idade não podem ser excluídos – comemorou o secretário.



Divulgação

OS FRUTOS

Diante do êxito da iniciativa, o projeto que iniciou no Centro de Convivência do Idoso Waldir de Souza Moreira Filho, no Complexo de Assistência Social, no bairro Centenário, com mais de 40 idosos, será expandido para quatro unidades do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS): Gramacho, Pilar, Maria José e Beira Mar. Os usuários dos CRAS terão prioridade nas inscrições. No entanto, interessados também poderão se inscrever por meio do <https://inclusaodigitalsenior.servicosgold.com.br/> que direcionará o cadastro para os CRAS participantes. A capacitação terá início na última semana de fevereiro, com a formação das turmas prevista para o mês de março.

Facebook

Instagram

Email

Especialidades
CARDIOLOGIA
Adulto e Pediátrica
CLÍNICA MÉDICA
ANGIOLOGIA
Tratamento de Varizes
ORTOPEDIA
NUTRIÇÃO
CIRURGIA GERAL
VIDEOLAPAROSCÓPICA
UROLOGIA
NEFROLOGIA

Exames Complementares
Eletrocardiograma Digital
Check Up
Risco Cirúrgico
Mapa 24h
Holter 24h
Atestado p/ Atividades Físicas

Dr. Roberto Daiub
CRM 5262119-6
Drª. Claudia Faccioli
CRO-RJ 37116
Shopping da Praça - Magé
Praça Dr. Nilo Peçanha, 45 - Sala 410
encorclinica@gmail.com

EXAMES MÉDICOS
EXAMES COMPLEMENTARES
EXAMES LABORATORIAIS!!!

Odontologia
Clínica Geral
Ortodontia
Endodontia
Periodontia
Odontopediatria
Cirurgias de inclusos e de 3º Molares
Prevenção
Implantes
Carga imediata
Enxertos ósseos
Próteses convencionais
Tratamento p/ Hipertenso
Tratamento p/ Diabético
Tratamento c/ monitoramento

Estética
Harmonização Facial
Botox e Preenchimento
Bichectomia

Consultas com preços acessíveis.
Aceitamos todos os cartões.
Ligue agora!
21 2633-1723
98483-5834
Marque sua consulta pelo Whatsapp

O Valor da Informação

jornalcapital.com.br

anuncie

21 98400-0441
21 2671-6611

comercial.capitalmercado@gmail.com
comercial@jornalcapital.com.br

SE VOCÊ ESTÁ

VENDO

É SINAL QUE DÁ

RESULTADO

INVESTIR A SUA MÍDIA EM JORNAL

GERA MAIS VENDAS E BONS NEGÓCIOS

Elerj vai comemorar com palestras os 94 anos do voto feminino no Brasil

Evento reunirá especialistas como o advogado Carlos Frota que abordará o impacto do financiamento de campanha nas candidaturas femininas

A Escola do Legislativo do Estado do Rio de Janeiro (Elerj) estará provendo, no dia 24 deste mês, um encontro sobre a importância da participação das mulheres nos processos eleitorais, não só como eleitoras, mas também como candidatas,

O evento “Voto feminino como direito: a política de cotas e seus impactos na democracia”, vem para marcar a comemoração dos 94 anos do voto feminino no Brasil, e reunindo especialistas no assunto como os advogados Carlos Frota e Márcio Alvim (presidente da Comissão de Direito Eleitoral da OAB-RJ), Neide Mara Cavalcanti Cardoso de Oliveira (ex-procuradora regional eleitoral), Kátia Valverde Junqueira (advogada e ex-desembargadora eleitoral do TRE-RJ) e Jaqueline Marins (professora e pesquisadora em Ciências Sociais).



Carlos Frota, por exemplo, vai abordar o impacto do financiamento de campanha nas candidaturas femininas

O advogado Carlos Frota, por exemplo, vai abordar o impacto do financiamento de campanha nas candidaturas femininas, discutindo como a distri-

buição de recursos eleitorais influencia diretamente a sub-representação das mulheres na política brasileira.

O auditório da Elerj está

localizado na Rua da Ajuda, nº 5, 2º andar, Centro. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas presencialmente ou online pelos canais da Elerj.

Ibama multa Petrobras por vazamento na Foz do Amazonas

Órgão fiscalizador e petroleira divergem sobre impactos;

Vazamento na região da Bacia do Amazonas teve origem na instalação denominada Navio Sonda 42 (NS-42).

O Ibama aplicou um auto de infração na Petrobras com multa de R\$ 2,5 milhões pelo vazamento em perfuração no mar na Bacia da Foz do Amazonas ocorrido no último 4 de janeiro. O derramamento do fluido ocorreu a 175 quilômetros do Amapá, na Margem Equatorial brasileira.

“A autuação decorre da descarga de 18,44 m³ de Fluido de Perfuração de Base Não Aquosa (mistura oleosa) no mar, oriunda da instalação denominada Navio Sonda 42 (NS-42), que operava na Bacia da Foz do Amazonas”, informou o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

MISTURA DE PRODUTOS

Em nota à imprensa, o órgão ambiental acrescentou que o fluido vazado acidentalmente pela Petrobras é uma mistura de produtos usada nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás.

O Ibama alega que o material “representa risco médio tanto para a saúde humana quanto para o ecossistema aquático”, conforme classificação do órgão definida na Instrução Normativa nº 14, de 28 de



julho de 2025.

A Petrobras confirmou que recebeu a notificação do Ibama e que vai tomar “as providências cabíveis”. Diferentemente do Ibama, a petroleira sustenta que o material não traz danos ao meio ambiente.

“Reiteramos que o fluido é biodegradável, não persistente, não bioacumulável e não tóxico, conforme a Ficha de Dados de Segurança do produto. Atende todos os parâmetros do órgão ambiental e não gera qualquer dano ao meio ambiente”, informou a Petrobras.

A partir da ciência do auto de infração, a Petrobras tem o prazo de 20 dias

para efetuar o pagamento da multa ou apresentar defesa administrativa.

VAZAMENTO

Ocorrido no início do ano, o vazamento na região da Bacia do Amazonas teve origem na instalação denominada Navio Sonda 42 (NS-42).

De acordo com a Petrobras, o que ocorreu foi perda de fluido de perfuração em duas linhas auxiliares que conectam a sonda de perfuração ao poço Morpho.

Na quarta-feira (4), a Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) impôs novas

condições para a Petrobras retomar a perfuração do poço exploratório na Bacia da Foz do Amazonas, que está paralisado desde o dia 6 de janeiro, dois dias após o vazamento.

A ANP exige, entre outras medidas, a substituição de todos os selos das juntas do riser de perfuração - um tubo de grande diâmetro que conecta o poço de petróleo no fundo do mar à sonda.

Além disso, a Petrobras deve apresentar evidências da troca dos selos em até cinco dias após a instalação da última junta, incluindo uma análise da adequação da instalação. *(Agência Brasil)*

FGC antecipa até R\$ 1 mil em garantias a clientes do Will Bank

Veja passo a passo para pedir o ressarcimento

O Fundo Garantidor de Créditos (FGC) vai antecipar o pagamento de até R\$ 1 mil para credores do Will Bank. A medida pode beneficiar cerca de 6 milhões de pessoas e será feita diretamente pelo aplicativo da instituição bancária.

O valor a ser antecipado corresponde a aproximadamente R\$ 200 milhões e beneficiará correntistas principalmente de baixa renda, o público-alvo da instituição. Além da antecipação, há R\$ 25 milhões de saldos em contas de pagamento, que também serão liberados no aplicativo do Will Bank.

A instituição, que integrava o conglomerado do Banco Master, teve a liquidação decretada pelo Banco Central (BC) em janeiro. Como a consolidação da lista completa de credores ainda não foi finalizada, o Fundo Garantidor de Créditos decidiu antecipar o pagamento para clientes com valores de até R\$ 1 mil cobertos pela garantia.

Quem tem valores acima de R\$ 1 mil ou investiu por meio de plataformas de investimentos deverá aguardar e pedir o ressarcimento pelo aplicativo do próprio FGC, após a conclusão da lista dos credores.

BALANÇO

O FGC também atualizou o balanço da liberação dos recursos das liquidações do Banco Master, da Master Investimento e do Letsbank. Até o momento, foram pagos R\$ 37 bilhões em garantias a credores do conglomerado ao qual o Will Bank pertencia, o equivalente a 91% do total previsto. Ainda há cerca de 9% de investidores que não iniciaram o pedido de ressarcimento.

CONTAS DE PAGAMENTO

O Will Bank não operava como banco tradicional com conta corrente. A instituição funcionava como financeira e instituição de pagamento, oferecendo contas de pagamento, modalidade em que o saldo do cliente deve ficar depositado numa conta específica no Banco Central.

Nessas contas, o dinheiro não pode ser usado pela instituição para conceder crédito ou realizar outras operações típicas de banco comercial. Parte dos valores aplicados pelos clientes era direcionada automaticamente para Certificados de Depósito Bancário (CDB), que contam com cobertura do FGC até o limite legal de R\$ 250 mil por CPF.

Segundo o BC, os recursos das contas de pagamento ficam separados do patrimônio da instituição, o que garante o ressarcimento aos clientes.

TÊM DIREITO À ANTECIPAÇÃO

Clientes diretos do Will Bank; Com valores elegíveis à garantia do FGC; e Limitados a até R\$ 1 mil.

O limite geral de cobertura do FGC é de até R\$ 250 mil por Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

Nessa fase, no entanto, a liberação é restrita ao teto de R\$ 1 mil por cliente.

PASSO A PASSO PARA PEDIR O RESSARCIMENTO

Acesse o aplicativo do Will Bank onde estará disponível a opção específica para a antecipação do pagamento.

Confirme seus dados cadastrais e o sistema fará a validação das informações pessoais.

Verifique o valor disponível, e após a validação será exibido o valor elegível à cobertura do FGC, limitado a R\$ 1 mil.

Confirme o aceite digital. O pedido é formalizado por meio de confirmação eletrônica dentro do aplicativo.

Transfira o dinheiro. Depois da liberação, o cliente deverá transferir o valor para uma conta de mesma titularidade, para poder movimentar o dinheiro.

ATENÇÃO A GOLPES

O FGC e o Will Bank alertam que não fazem contato por telefone, mensagens ou redes sociais para pedir senhas, códigos ou dados pessoais.

Não há intermediários autorizados para “facilitar” ou “antecipar” pagamentos. Em caso de dúvida, o cliente deve buscar apenas os canais oficiais das instituições.

O Fundo Garantidor de Créditos é uma entidade privada, sem fins lucrativos, criada em 1995 para proteger depositantes e investidores em caso de quebra de instituições financeiras autorizadas a funcionar no Brasil. A cobertura é de até R\$ 250 mil por CPF ou CNPJ, respeitados os limites estabelecidos em regulamento. *(Agência Brasil)*

Operação Porto+Seguro gerou mais de R\$ 250 mil em autos de infração

Realizada no último dia 11, ação integrada de órgãos do Governo do Estado coibiu práticas irregulares e a concorrência desleal



O Governo do Estado, por meio do programa Porto+Seguro, da Secretaria da Casa Civil, com apoio da Operação Foco e da Secretaria de Fazenda (Sefaz-RJ), realizou na quarta-feira (11/02) uma operação de fiscalização e combate a irregularidades no transporte de cargas na região do Caju e na Avenida Brasil, na altura do Porto do Rio. Ao todo, 46 caminhões foram abordados durante a ação. As equipes identificaram irregularidades que resultaram na emissão de oito autos de infração, somando mais de R\$ 250 mil em autuações.

— A iniciativa reforça a atuação integrada do Estado no monitoramento das atividades logísticas ligadas à área

portuária, com foco na legalidade, na segurança das operações e na proteção da arrecadação pública. O trabalho conjunto permite coibir práticas irregulares, combater a concorrência desleal e fortalecer o ambiente de negócios no setor — destaca o governador Cláudio Castro.

Participaram da operação 20 agentes das forças envolvidas, entre equipes do programa Porto+Seguro, da Operação Foco e três auditores fiscais da Sefaz, que atuaram na verificação de documentos fiscais, regularidade das cargas e conformidade das operações de transporte.

Ações como essa demonstram a importância da presença permanente

do Estado na área portuária e em seus principais eixos de circulação de cargas.

— A integração entre os órgãos amplia a capacidade de fiscalização, promove mais transparência nas operações e contribui diretamente para a regularização do setor — reforça o secretário da Casa Civil, Nicola Miccione.

O programa Porto+Seguro tem como objetivo fortalecer a governança sobre as atividades portuárias e seu entorno, atuando de forma preventiva e repressiva contra irregularidades, com foco na segurança, na organização logística e na proteção do interesse público.

Associações de juízes defendem no STF manutenção de penduricalhos

Entidades pediram à Corte que suspensão seja revertida

O Supremo Tribunal Federal (STF) recebeu na quarta-feira (11) pedido de associações que representam juízes, promotores, defensores públicos e membros de tribunais de contas para manter o pagamento dos penduricalhos que foram suspensos por determinação do ministro Flávio Dino (foto).

O pedido foi feito por 11 associações, que também pediram para participar do processo. Estão entre as entidades a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), a Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) e Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR).

Na semana passada, Dino concedeu liminar para determinar que as verbas indenizatórias que não têm base legal devem ser suspensas no prazo de 60 dias nos Três Poderes. Penduricalhos são benefícios financeiros concedidos a



servidores públicos e que não cumprem o teto remuneratório constitucional, que é de R\$ 46,3 mil.

No entendimento das entidades, todas os pagamentos que são realizados pelo Judiciário e Ministério Público estão previstos em lei ou em regras do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Nacional do Ministério Público

(CNMP).

“Está a se impor, no ponto, o acolhimento dos presentes embargos de declaração para, verificando que não tem havido pagamento a magistratura sem autorização prévia do CNJ, deixe de ser exigido dos tribunais a revisão dos atos normativos que concretizam os pagamentos previstos em lei”, afirmam as

associações.

Mais cedo, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) também defendeu no STF a manutenção dos penduricalhos.

O plenário do Supremo marcou para o dia 25 de fevereiro o julgamento definitivo da decisão do ministro Flávio Dino que suspendeu o pagamento dos penduricalhos. (Agência Brasil)



Direito do Cidadão
Gilmara Rodrigues do Nascimento

O Rio de Janeiro e o mercado público de R\$ 13 bilhões

Oportunidade ou burocracia?

O cenário das contratações públicas no Rio de Janeiro em 2026 projeta cifras que impressionam: estimativas da Firjan e portais de transparência indicam um movimento superior a R\$ 13 bilhões em editais estaduais e municipais. Para o empresário que busca resiliência, o Estado deixou de ser apenas um regulador para se tornar o cliente mais estratégico da carteira. A consolidação da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021) foi o divisor de águas, substituindo o antigo receio pela segurança jurídica de processos 100% eletrônicos e critérios de julgamento mais objetivos.

Um dos campos mais férteis atualmente é o de Tecnologia voltada à Saúde. Com o recente aporte de R\$ 170 milhões para a reestruturação da rede federal no Rio e o avanço da digitalização hospitalar, a demanda por softwares de gestão e soluções de IA nunca foi tão alta. A jurisprudência do TCU tem reforçado a competitividade, proibindo exigências que barram empresas inovadoras, como a necessidade de manter profissionais caros em folha antes mesmo da assinatura do contrato.

Para quem deseja iniciar, o "pulo do gato" reside na Dispensa Eletrônica. Trata-se de um rito ágil para contratações de menor valor que podem chegar um pouco mais que R\$ 65 mil para bens e serviços comuns, permitindo que a empresa sinta o "pulso" do mercado público sem a complexidade de um grande pregão. É uma porta de entrada estratégica para construir o chamado atestado de capacidade técnica, o documento que funciona como o passaporte para contratos ainda maiores no futuro.

Apesar das oportunidades, o sucesso nesse mercado exige o abandono do amadorismo. O Judiciário e os Tribunais de Contas têm sido rigorosos com o cumprimento dos editais, o que privilegia empresas organizadas. Estar atento à ordem cronológica de pagamentos, hoje protegida por lei, garante que a previsibilidade financeira não seja apenas uma promessa, mas um direito exigível. A segurança no recebimento, aliada à transparência do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), mudou definitivamente a relação entre o público e o privado.

Em suma, vender para o Governo no Rio de Janeiro hoje não é uma questão de "contatos", mas de conformidade e visão de mercado. O empresário que compreende as regras do jogo e se posiciona em nichos de alta demanda, como infraestrutura e tecnologia, deixa de competir por preço no saturado mercado privado para atender a uma demanda que não para de crescer. O mercado público está aberto; a pergunta é se a sua estrutura jurídica e operacional está pronta para o próximo edital?

Advogada especialista em Licitações e Contratos, Direito Administrativo, Previdenciário e Tributário;
Pós Graduada em Direito Administrativo pela EMERJ;
Pós Graduada em Direito Tributário pela EMERJ.



Advocacia & Consultoria Jurídica

gilmararodriguesadv@gmail.com



mais artigos

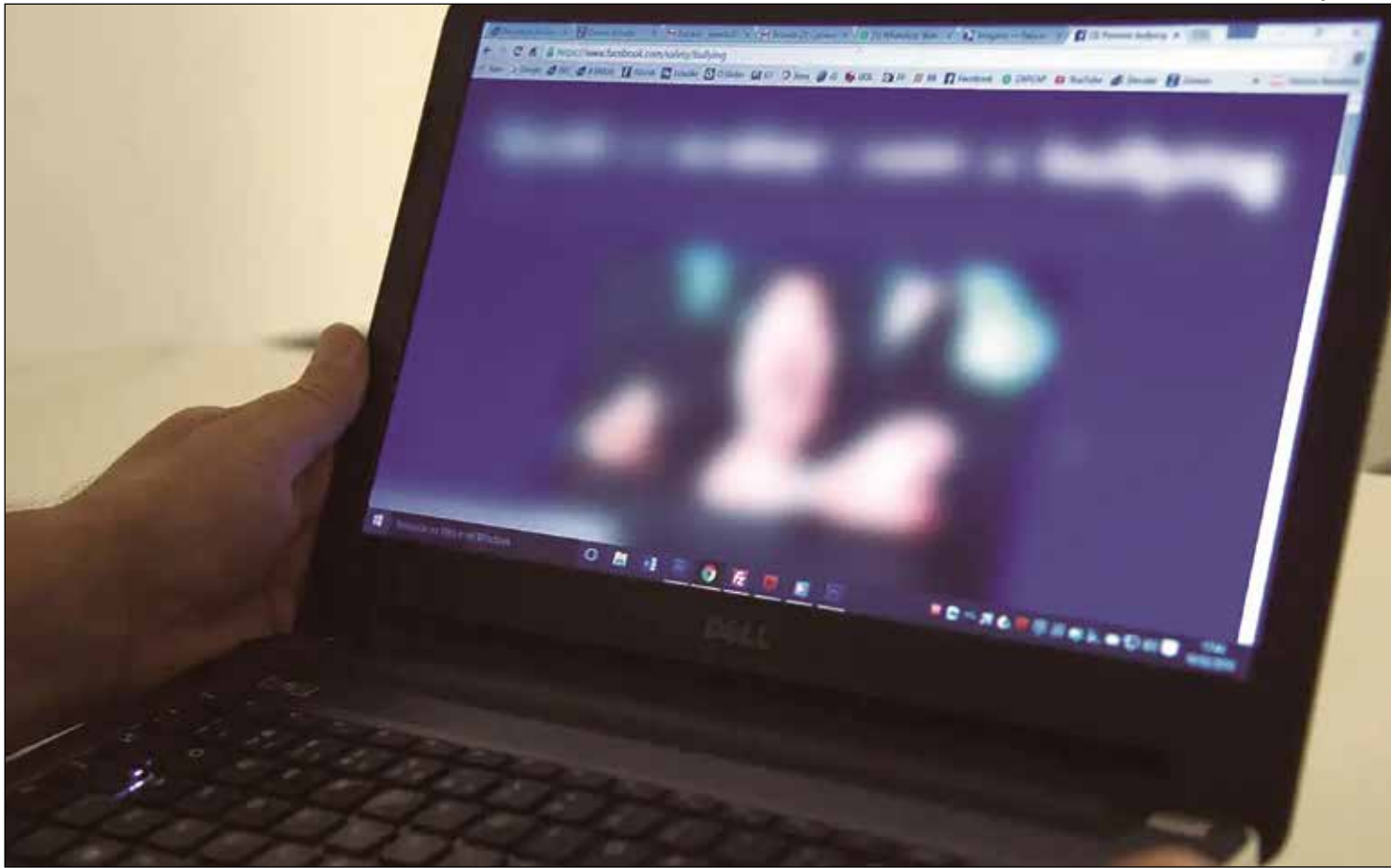
CAPITAL
MERCADO & NEGÓCIOS
O Valor da Informação

21 26716611 21 984000441
comercial@jornalcapital.com.br
comercial.capitalmercado@gmail.com

Denúncias de crimes cibernéticos crescem 28% em 2025, mostra Safernet

Dados são divulgados para marcar o Dia da Internet Segura

Marcello Casal Jr./Agência Brasil



As denúncias de crimes cibernéticos voltaram a crescer em todo o país no ano passado. A Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos, da organização não governamental SaferNet, recebeu 87.689 novas queixas (não repetidas ou únicas) desse tipo de crime, um crescimento de 28,4% em relação a 2024, com 19.403 delações a mais.

A maior parte das denúncias registradas na SaferNet em 2025 estava relacionada a imagens de abuso e de exploração sexual infantil, com um total de 63.214 notificações. Essa é a segunda maior marca de denúncias envolvendo esse tipo de crime na história da SaferNet, superada apenas em 2023, quando foram contabilizadas 71.867 notificações. Para a organização, o uso de Inteligência Artificial tem contribuído para esse aumento de casos.

As denúncias de misoginia, de violência ou discriminação contra mulheres aparecem em segundo lugar no ranking, com 8.728 casos, seguida pelas denúncias de apologia e incitação a crimes contra a vida, com 4.752 denúncias, e de racismo, com 3.220 casos. As denúncias de miso-

ginia foram as que apresentaram o maior crescimento no período, passando de 2.686 para 8.728 casos, aumento de 224,9% no período.

Entre as denúncias recebidas pela central, apenas as relacionadas ao crime de xenofobia apresentaram queda em relação a 2024, passando de 3.449 para 755 casos no ano passado. Já as de tráfico de pessoas se mantiveram em um patamar estável, com 442 casos. Por outro lado, também cresceram as denúncias de intolerância religiosa, LGBTfobia, neonazismo e de maus tratos com animais.

HELPLINE

Outro dado divulgado pela SaferNet na terça-feira (10) foi que o Helpline, canal de ajuda gratuito da SaferNet, registrou aumento de 39% entre os anos de 2024 e 2025, com um total de 2.254 atendimentos. A maior parte desses atendimentos estava relacionada à exposição de imagens íntimas, com 576 casos, seguida pelos casos de saúde mental (332), problemas com dados pessoais (228), fraudes, golpes ou

e-mails falsos (212) e relacionados a imagens de abuso e exploração sexual (209).

Os dados foram apresentados pela SaferNet como parte das celebrações do Dia da Internet Segura. Organizado pela SaferNet Brasil, o Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br) e o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), o evento ocorreu entre os dias 10 e 11 na capital paulista. A programação está disponível no site do Dia da Internet Segura.

DENÚNCIAS

Denúncias sobre crimes cibernéticos envolvendo, por exemplo, casos de abuso e exploração sexual infantil e crimes de ódio na internet podem ser feitas por meio da Central Nacional de Denúncias da SaferNet Brasil. Para fazer a denúncia, basta copiar e colar no formulário o link da página, grupo, comunidade, canal ou qualquer outro conteúdo suspeito de ser criminoso. A SaferNet informa que a central permite o total anonimato dos denunciantes. (Agência Brasil)

BC decreta liquidação do Banco Pleno, presidido por ex-sócio do Master

Ação se estende à Pleno Distribuidora Títulos e Valores Mobiliários

O Banco Central decretou a liquidação extrajudicial do Banco Pleno. Anunciada nesta quarta-feira (18), em Brasília, a medida inclui nesse regime especial a Pleno Distribuidora Títulos e Valores Mobiliários – integrante do conglomerado prudencial Pleno.

Segundo a autoridade monetária, trata-se de conglomerado de porte pequeno, enquadrado no segmento S4 da regulação prudencial, tendo como instituição líder o Banco Pleno. Este conglomerado detém, de acordo com o BC, 0,04% do ativo total e 0,05% das captações totais

do Sistema Financeiro Nacional.

BANCO MASTER

Anteriormente conhecido como Banco Voiter, o Banco Pleno integrava, até meados de 2025, o conglomerado financeiro do Banco Master, do banqueiro Daniel Vorcario, alvo da Operação Compliance Zero.

A operação investiga a concessão de créditos falsos pelo Banco Master, incluindo a tentativa de compra da instituição financeira pelo Banco de Brasília (BRB), banco público ligado ao Governo do

Distrito Federal. Segundo as investigações, as fraudes podem chegar a R\$ 17 bilhões.

PLENO

O Banco Pleno é comandado por Augusto Ferreira Lima, ex-CEO e ex-sócio do Banco Master.

“A liquidação extrajudicial [do Banco Pleno e de sua distribuidora] foi motivada pelo comprometimento da situação econômico-financeira da instituição, com deterioração da situação de liquidez, bem como por infringência às normas que disciplinam a sua atividade e

inobservância das determinações do Banco Central do Brasil”, justificou, em nota, o BC.

Outras medidas podem ser tomadas pela autoridade monetária para apurar as responsabilidades nos termos de suas competências legais. Caso as suspeitas de irregularidades se confirmem, serão adotadas medidas sancionadoras de caráter administrativo e a comunicações às autoridades competentes.

Entre as medidas previstas está a indisponibilidade dos bens de controladores e administradores do conglomerado prudencial Pleno. (Agência Brasil)



TECNOLOGIA
sem Mistério

Carlos Valente

HaaS: tecnologia sem compra de ativos

Como empresas reduzem custos e ganham flexibilidade na TI

Empresas costumam associar tecnologia à compra direta de notebooks, desktops, servidores e outros equipamentos. Esse modelo, porém, exige alto desembolso inicial, compromete o caixa e transfere todo o risco para a organização. Com o tempo, os equipamentos envelhecem, perdem desempenho, quebram e geram novos custos não previstos no orçamento.

O Hardware as a Service (HaaS) propõe uma mudança nesse cenário. Em vez de adquirir os equipamentos, a empresa contrata um serviço por assinatura. Essa mensalidade cobre não apenas o uso do hardware, mas também suporte técnico, manutenção, troca de peças, substituição em caso de falha e gestão completa do ciclo de vida. Assim, o custo deixa de ser pontual e passa a ser previsível.

Na compra tradicional, os gastos são classificados como CapEx, com pagamento integral no início e risco total assumido pela empresa. Já no HaaS, o custo se enquadra como OpEx, uma despesa recorrente que facilita o controle financeiro. Essa diferença impacta diretamente o planejamento, especialmente em empresas que crescem ou passam por mudanças frequentes.

Entre os principais benefícios do HaaS está a atualização contínua dos equipamentos, sem a necessidade de grandes investimentos de uma só vez. O fornecedor planeja a renovação conforme o contrato, evitando que o parque tecnológico fique defasado. Outro ponto forte é a escalabilidade, que permite aumentar ou reduzir a quantidade de equipamentos de acordo com a demanda, com menos burocracia e impacto no caixa.

O modelo também contribui para a redução de imprevistos. Como suporte e manutenção costumam estar incluídos, diminuem as paradas inesperadas e os custos emergenciais. Além disso, o HaaS favorece a padronização, com equipamentos semelhantes, configurações consistentes e processos claros de entrega, troca e devolução, o que simplifica o trabalho da equipe de TI.

Antes de contratar, é fundamental avaliar o fornecedor. Aspectos como reputação, qualidade do suporte, definição de SLA, opções de personalização, políticas de segurança e clareza contratual fazem toda a diferença. Um contrato bem definido reduz riscos e evita frustrações.

O HaaS tende a valer mais a pena em empresas que buscam previsibilidade, crescimento controlado e menos esforço operacional. Em ambientes pequenos, estáveis e com baixa exigência tecnológica, a compra tradicional ainda pode ser viável. A decisão ideal surge da análise do custo total e do impacto no dia a dia, não apenas do valor da mensalidade.

Tecnólogo em Processamento de Dados, desenvolvedor full stack, autodidata e entusiasta de novas tecnologias, sempre focado em soluções eficientes e inovadoras.



Valente Soluções

contato@valentesolucoes.com.br



mais artigos

Anuncie

Alcance mais clientes anunciando no jornal Capital, Mercado & Negócios

Digital e Impresso

Solicite um orçamento sem compromisso.

Monte uma campanha e obtenha descontos especiais!

Baixada Fluminense e Capital

(21) 2671-6611
(21) 98400-0441

CAPITAL
MERCADO & NEGÓCIOS
O valor da informação

comercial.capitalmercado@gmail.com
comercial@jornalcapital.jor.br

Produção de grãos pode chegar a 353,4 milhões de toneladas

Se confirmado, resultado na safra 2025/26 representará novo recorde



Fotos Públicas

A produção de grãos no Brasil tem previsão de alcançar 353,4 milhões de toneladas na safra 2025/26, resultado que, se confirmado, será novamente recorde, com “ligeiro crescimento” de 0,3% na comparação com o ciclo 2024/25.

A projeção consta do 5º Levantamento da Safra de Grãos, divulgado na quinta-feira (12) pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), e leva em consideração o início da colheita das culturas de primeira safra.

De acordo com a companhia, a área plantada deve chegar a 83,3 milhões de hectares, resultado 1,9% maior do que o registrado no ciclo

anterior. Esse percentual corresponde a um aumento de 1,5 milhão de hectares.

“Já a produtividade média nacional das lavouras tende a apresentar um recuo de 1,5%, saindo de 4.310 quilos por hectares em 2024/25 para 4.244 quilos por hectares em 2025/26”, detalha a Conab.

SOJA

O levantamento projeta uma safra recorde de 178 milhões de toneladas de soja – aumento de 6,5 milhões de toneladas em comparação ao ciclo passado.

Segundo a companhia, o bom re-

sultado se deve às condições climáticas nas principais regiões produtoras.

“A colheita da oleaginosa já foi iniciada na maioria dos estados e atinge 17,4% da área, percentual superior em relação ao mesmo período do ano passado e pouco abaixo da média dos últimos cinco anos, conforme indica o Progresso de Safra divulgado nesta semana pela estatal”, acrescentou a Conab.

Em Mato Grosso, 46,8% da produção de soja já foi colhida. De acordo com a Conab, a produtividade obtida – nesse que é o maior produtor da oleaginosa no país – está próxima das estimadas que haviam sido apresentadas inicialmente.



Prefeitura de Campo Grande/Divulgação

MILHO

As projeções para a produção de milho apresentam recuo de 1,9%, na comparação com o ciclo anterior. A Conab estima uma safra total, abrangendo todos os ciclos, de 138,4 milhões de toneladas, do grão.

“Mesmo com estimativa de redução da produção ao final do atual ciclo, o cultivo da primeira safra do cereal apresenta crescimento de 7,2% na área, estimada em 4 milhões de hectares, e a produção em 26,7 milhões de toneladas, aumento de 7,1% sobre a safra anterior”, informou a companhia.

Com relação à segunda

safra de milho, a área total utilizada para cultivo, que já teve seu plantio iniciado, é de 17,9 milhões de hectares. A produção projetada é de 109,3 milhões de toneladas.

ARROZ E FEIJÃO

No caso do arroz, produto cuja semeadura está praticamente concluída, as expectativas são de redução de 11,6% da área de cultivo, ficando em 1,6 milhão de hectares.

Esse grão tem como maior produtor o estado do Rio Grande do Sul, que já está com suas lavouras em pleno desenvolvimento.

Os mananciais que abastecem os produtores

do estado apresentaram recuperação, após período com níveis reduzidos. A produção estimada pela Conab é de 10,9 milhões de toneladas de arroz.

A produção de feijão deve ficar na faixa de 3 milhões de toneladas, somadas as três safras. A primeira, com previsão de redução de 11,4% na área plantada, totalizando 804,7 mil hectares; e produção estimada em 967,2 mil toneladas (9% menor do que o obtido na safra anterior).

ALGODÃO

O levantamento indica uma produção de 3,8 milhões de toneladas de algo-

dão para a atual safra, em um total de área que abrange 2 milhões de hectares (3,2% menor do que a utilizada na safra 2024/25). A Conab lembra que 88,1% das áreas destinadas à pluma já foram semeadas.

Para a temporada 2025/26 de milho, a expectativa é de que haja novo incremento tanto nas exportações quanto no consumo interno, com estimativas de 46,5 milhões de toneladas e 94,5 milhões de toneladas respectivamente. Mesmo com a elevação, os estoques de passagem do grão, em janeiro de 2027, devem se manter em torno de 12 milhões de toneladas. (Agência Brasil)



Gilmar Rodrigues do Nascimento

Sociedade Individual de Advocacia

CNPJ 34.422.166/0001-18
Registro OAB/RJ 009.737/2019

ÁREAS DE ATUAÇÃO:

DIREITO ADMINISTRATIVO
DIREITO TRIBUTÁRIO
DIREITO PREVIDENCIÁRIO
RELAÇÃO DE CONSUMO
RESPONSABILIDADE CIVIL

www.gilmaranascimento.adv.br

contato@gilmaranascimento.adv.br
gilmararodriguesadv@gmail.com

(21) 3512-5038
(21) 98400-0442

Av. das Américas 4200, Bloco 01, Sala 305
Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ
CEP 22.640-907



Projeto autoriza viagem de animais de pequeno e médio porte em transporte público

Se aprovada, iniciativa de autoria do deputado Marcelo Dino, permitirá que, respeitando as regras, responsáveis levem seus pets em ônibus intermunicipais, trens, metrô e barcas



Octacílio Barbosa/Alerj

O deputado estadual Marcelo Dino (União) protocolou na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) o Projeto de Lei nº 7097/2026, que autoriza o transporte de animais domésticos de pequeno e médio porte nos serviços de transporte público sob titularidade do Estado. A proposta abrange ônibus intermunicipais, metrô, trens urbanos e barcas.

De acordo com o texto, poderão ser transportados animais com até 49 centímetros de altura ou até 25 quilos, desde que acompanhados

por seus responsáveis e acondicionados em dispositivo apropriado, resistente e à prova de vazamentos. Será obrigatória a apresentação de carteira de vacinação atualizada, incluindo vacina antirrábica e polivalente. O projeto proíbe cobrança de tarifa adicional pelo transporte do animal.

A proposta limita a quatro o número de animais por unidade de transporte e prevê sanções administrativas às concessionárias em caso de recusa injustificada, com multas que podem variar de R\$ 5 mil a R\$

100 mil, além de outras penalidades previstas em contrato. O texto também veda o repasse das multas aos trabalhadores do sistema.

Cães-guia ficam dispensados das exigências de acondicionamento, conforme legislação federal.

Segundo Marcelo Dino, a medida busca dar segurança jurídica ao tema. “Estamos estabelecendo regras claras que conciliam bem-estar animal, saúde pública e segurança operacional, sem aumentar tarifas ou criar despesas para o Estado”, afirmou o parlamentar.

Maricá aumenta valores pagos a policiais do PROEIS

Aditivo assinado com Governo do Estado reajusta pagamentos e está em vigor desde o dia 9 de fevereiro

A Prefeitura de Maricá, por meio da Secretaria de Segurança Cidadã, segue avançando na valorização da segurança pública e dos profissionais que atuam na proteção da população. Foi assinado junto ao Governo do Estado um aditivo que garante o aumento dos valores pagos aos policiais militares voluntários do Programa Estadual de Integração na Segurança (PROEIS).

Os novos valores estão em vigor desde o dia 9 de fevereiro. A medida amplia o efetivo em operação e reforça o patrulhamento ostensivo em todos os distritos do município, com o objetivo de aumentar a sensação de segurança para moradores e visitantes.

“Os números da segurança pública em Maricá vêm se consolidando, a cada semestre e a cada ano, como referência em toda a região e também no Estado do Rio de Janeiro. Nesse contexto, os investimentos são direcionados de forma estruturada e integrada, ampliando a presença policial nas ruas”, destacou o secretário de Segurança Cidadã, Julio Veras.

Gabriel Ferreira/Maricá



INVESTIMENTO HISTÓRICO EM SEGURANÇA

Maricá foi o município que mais investiu no Programa Estadual de Integração na Segurança (PROEIS) em 2025 em todo o Estado do Rio de Janeiro. Ao longo do ano, a Prefeitura destinou mais de R\$ 16 milhões ao programa e encerrou o período sem registros de latrocínio ou roubo de cargas.

No último ano, a cidade teve 52.364 vagas ofertadas para atuação de policiais militares por meio do PROEIS, com 44.996 vagas efetivamente ocupadas. A renovação do convênio possibilitou um aumento de cerca de 40% nas vagas diárias, elevando o número de agentes em operação de 170 para até 238 policiais por dia.

Rio poderá reconhecer o mergulho recreativo amador como esporte de lazer subaquático

Para garantir a segurança dos praticantes, os mergulhadores deverão realizar cursos de formação e certificação junto a agências reconhecidas

O mergulho recreativo amador poderá ser reconhecido como esporte de lazer subaquático no Estado do Rio. É o que determina o Projeto de Lei 4.844/25, de autoria do deputado Marcelo Dino (União), que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) aprovou, no último dia 11, em primeira discussão. A medida ainda precisa passar por uma segunda vo-

tação na Casa.

De acordo com a proposta, o mergulho recreativo amador é caracterizado como uma atividade subaquática realizada por mergulhadores certificados pela autoridade marítima, com fins exclusivamente de lazer e exploração, sem caráter profissional ou comercial. A prática pode envolver o uso de equipamentos como máscara,

snorkel, nadadeiras e cilindro de oxigênio.

O texto estabelece ainda que, para garantir a segurança dos praticantes, os mergulhadores deverão realizar cursos de formação e certificação junto a agências reconhecidas, como a Scuba Schools International (SSI), a Professional Association of Diving Instructors (PADI) ou outras entidades certifi-

cadoras afiliadas ao World Recreational Scuba Training Council.

“Esse tipo de mergulho é praticado de forma não profissional e sem fins comerciais, sendo voltado para aqueles que buscam prazer e interesse pessoal. O objetivo da norma é justamente de lazer e exploração, sempre assegurando a devida formação e segurança”, explicou Dino.

Maricá e Firjan SENAI abrem inscrições para cursos de capacitação

A Prefeitura de Maricá firmou uma parceria com a Firjan SENAI para a oferta de cursos de qualificação profissional no município, com o objetivo de fortalecer a mão de obra local e preparar os moradores para atuar em grandes empreendimentos em implantação na cidade, como o complexo turístico Maraey e o Plaza Maricá Shopping. Ao todo, serão disponibilizadas 800 vagas gratuitas.

As aulas começam em 25 de fevereiro, no Polo Itaipuaçu do Qualifica Maricá. As turmas das primeiras 160 vagas são destinadas a pessoas com 18 anos ou mais que tenham concluído, no mínimo, o 5º ano do Ensino Fundamental.

Na primeira etapa, terão início as turmas de Auxiliar de Construção Civil e Armador de Ferragens, no horário das 13h às 17h, além de Almojarife e Carpinteiro de Obras,

das 18h às 22h. A partir de 7 de maio, novas turmas serão abertas para o segundo semestre, contemplando áreas da construção civil, como Armador de Ferragens, Carpinteiro de Obras e Pedreiro de Alvenaria, com opções de horários nos turnos da tarde e da noite.

Para se inscrever, basta acessar <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSedRfXUDoTWTrKQKRu-5QdKS7VMiFR9BBiiWyIAJp8XXW3QDw/viewform> e preencher o formulário. Logo depois, o candidato deve comparecer ao Polo Itaipuaçu do Qualifica Maricá, na Av. Carlos Mariguella, 160, de segunda a sexta-feira, das 9h às 20h levando RG, CPF, Comprovante de escolaridade, Comprovante de residência e 2 fotos 3x4. Pré-requisito: ter 18 anos ou mais e o 5º ano do Ensino Fundamental.

CREDIBILIDADE é muito mais que like.
Onde você deseja ver a sua marca?
Anuncie com quem tem
C-R-E-D-I-B-I-L-I-D-A-D-E
Anuncie nos jornais e portais do interior!



Uma iniciativa da Associação dos Diretores de Jornais do Interior do Estado do Rio de Janeiro